**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais**

**Gerência de Contratos**

Termo CONTRATO DM 267/24 SOFTWARE AG - PRODEMGE/GCT

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2024.

**CONTRATO DE DIREITO DE USO E MANUTENÇÃO Nº DM 267/2024 CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE E A SOFTWARE AG BRASIL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA.**

Contrato nº **DM 267/2024**, de contratação de licenciamento de software por assinatura para o produto Natural Security, incluindo os serviços de manutenção e suporte técnico remoto, com base no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024, devidamente Ratificada em 07/08/2024 e publicado no site PRODEMGE em 08/08/2024, tudo em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODEMGE**, a Lei Federal n° 12.846/2013, a Lei Federal nº 13.303/2016, o Decreto Estadual nº 48.821/2024, pelos preceitos de direito privado e demais normas pertinentes, estando vinculado a este contrato mediante as cláusulas que se seguem.

**CONTRATANTE**
**NOME: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PRODEMGE**
**ENDEREÇO:** Rua da Bahia, nº 2.277, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG
**CNPJ/MF:** 16.636.540/0001-04
**REPRESENTANTE LEGAL:** Diretor Técnico, Sr. Ladimir Lourenço dos Santos Freitas
**CPF:** ***.824.956-**
**REPRESENTANTE LEGAL**: Diretor-Presidente, Sr. Roberto Tostes Reis
**CPF:** ***.502.046-**

**CONTRATADA**
**NOME: SOFTWARE AG BRASIL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA.**
**ENDEREÇO:** Avenida Nações Unidas, 12.901, 33º andar, Torre Norte, Bairro Brooklin Paulista, São Paulo/SP.
**CNPJ/MF:** 07.594.862/0001-39
**REPRESENTANTE LEGAL:** Sr. Luiz Gustavo Nunes Armani
**CPF:** ***.523.528-**
**REPRESENTANTE LEGAL:** Sr. Marcelo Bergamo
**CPF:** ***.939.458-**

CLÁUSULA PRIMEIRA
**DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto deste instrumento a contratação de licenciamento de software por assinatura para o produto Natural Security, incluindo os serviços de manutenção e suporte técnico remoto.

1.2 O Detalhamento do Objeto e a Especificação Técnica, estão descritos, respectivamente, nos itens 2 e 3 do Termo de Referência do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA
**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

2.1 Integram este CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

2.1.1 Termo de Referência, anexo I do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024.

2.1.2 Proposta da contratada nº PL_Prodemge_170624v2 datada de 17/06/2024 em tudo o que implícita ou explicitamente não conflite com as cláusulas deste Contrato.

2.1.3 Termo de Sigilo e confidencialidade.

2.2 Havendo divergência entre a proposta comercial e o termo de referência e contrato, prevalecerá o disposto no Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA
**DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 Os recursos financeiros estão previstos no orçamento de 2024 da **PRODEMGE**, na Natureza Orçamentária "Serviços de Software", e nos orçamentos dos próximos exercícios serão assegurados os recursos financeiros nas proporções necessárias aos pagamentos das despesas.

CLÁUSULA QUARTA
**DA VIGÊNCIA**

4.1 O prazo de vigência deste contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo, respeitado o disposto nos arts.141 e 142 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODEMGE - RILC.

CLÁUSULA QUINTA
**DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

5.1 O valor total do presente contrato é de **R$ 691.553,30 (seiscentos e noventa e um mil, quinhentos e cinquenta e três reais e trinta centavos)**, no qual estão incluídas todas as despesas, tributos, encargos sociais, custos, materiais, componentes, transporte, alimentação, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a contratação do objeto do presente contrato, os quais ficarão a cargo, única e exclusivamente, da **CONTRATADA**.

5.2 Pelos serviços de licenciamento de software por assinatura, a **PRODEMGE** pagará à **CONTRATADA R$539.403,14 (quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e três reais e quatorze centavos),** em duas parcelas anuais iguais e consecutivas, sendo a primeira, no valor de **R$ 269.701,57 (duzentos e sessenta e nove mil, setecentos e um reais e cinquenta e sete centavos)** com vencimento em 30 dias da assinatura do contrato e a segunda com prazo de 1 (um) ano.

5.3 Pelos serviços de manutenção e suporte técnico e manutenção, a **PRODEMGE** pagará à **CONTRATADA**, **R$ 152.150,16 (cento e cinquenta e dois mil, cento e cinquenta reais e dezesseis centavos)** em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais iguais e sucessivas de **R$ 6.339,59 (seis mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos)**.

5.4 O documento de cobrança do licenciamento será emitido e entregue após o envio da senha de ativação.
5.5 Os documentos de cobrança dos serviços de manutenção e suporte serão emitidos e entregues até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços e seu vencimento será programado em até 30 (trinta) dias após o seu recebimento no correio eletrônico **gct@prodemge.gov.br**

5.5.1 Os documentos de cobrança dos serviços encaminhados a correio eletrônico diverso do **gct@prodemge.gov.br** dá direito à **PRODEMGE** de solicitar o cancelamento dos mesmos;

5.5.2 Quando a data de 25 (vinte e cinco) não for dia útil, os documentos deverão ser emitidos e entregues até o último dia útil anterior.

5.5.2.1 A **CONTRATADA** deverá providenciar o cancelamento das notas fiscais que não foram encaminhadas de acordo com item acima.

5.5.3 O atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará na prorrogação do vencimento em tantos dias úteis quantos forem os dias de atraso.

5.6 A **CONTRATADA** concorda que os créditos derivados do objeto ora contratado sejam depositados pela **PRODEMGE** no Banco, Agência e Conta que tenha a **CONTRATADA** como titular, a serem informados no corpo da nota fiscal a ser emitida.

5.7 O desconto de títulos ou cobrança bancária somente poderá ser efetuado com a prévia autorização por escrito da **PRODEMGE**.

5.8 Nenhum pagamento será efetuado pela **PRODEMGE** sem que o fiscal do contrato ateste, por escrito, que os serviços correspondentes foram correta e integralmente executados.

5.9 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome da **CONTRATADA**, com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, Ratificado no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº001/2024.

5.9.1 Caso seja emitida nota fiscal com CNPJ diverso do Ratificado no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº001/2024, ou seja, da FILIAL ou MATRIZ, a **CONTRATADA** deverá apresentar toda a documentação relativa ao novo CNPJ.

5.10 Na Nota Fiscal deverá ser discriminado o número do contrato a que se refere e o mês/período da prestação de serviço.

5.11 Se o documento de cobrança apresentar incorreções, o mesmo será devolvido à **CONTRATADA** e a contagem do prazo para o pagamento previsto nesta cláusula reiniciará a partir da data da reapresentação do documento corrigido e atestado pelo fiscal.

## CLÁUSULA SEXTA
## DO REAJUSTE E DO DESCONTO

6.1 O valor do contrato poderá ser reajustado anualmente, conforme previsto no artigo 164 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODEMGE**, pela variação acumulada do INPC dos últimos 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

6.1.1 Em caso de reajuste, o percentual deverá ser aplicado obrigatoriamente com base nos valores unitários registrados neste instrumento.

6.2 A **CONTRATADA**, por meio de negociação entre as partes, poderá conceder desconto no valor contratado.

6.3 O reajuste e a concessão de desconto poderão ser formalizados por meio de Termo de Apostila.

## CLÁUSULA SÉTIMA
## DA FORMA, LOCAL E PREAZO DE ENTREGA

7.1 O fornecimento do software e das documentações serão em formato eletrônico (manual de instalação, configuração, operação, utilização, gerenciamento) e ocorrerá pela Internet, através de uma página da rede protegida por senha.

7.2 Opcionalmente as documentações acima poderão ser fornecidas impressas ou em mídia DVD/CD e deverão ser entregues nas instalações da **PRODEMGE**, conforme informado no item 7.6 deste contrato.

7.3 O responsável pelo recebimento do material é Flávio Diniz Silva, titular da Gerência de Plataforma Alta - GPA.

7.4 O envio da senha de ativação e das instruções de download do programa licenciado, bem como acesso ao Portal de Suporte Técnico da Software AG, deverá ser realizada através do envio de e-mail para os técnicos responsáveis, conforme indicação no item 3.3.4 do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

7.5 A prestação do serviço ocorrerá de forma remota.

7.6 Em caso de necessidade de presença física de técnicos da Software AG ou de entrega de documentação, ela ocorrerá nas instalações da PRODEMGE – Cia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais na Rua da Bahia, 2277, Bairro Savassi, CEP-30.160-019, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

7.7 O envio da senha de ativação e das instruções de download dos programas licenciados, bem como o início dos serviços de Manutenção e Suporte Técnico Remoto devem ser iniciados em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato.

7.8 A licença estará disponível durante o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, bem como os serviços de Manutenção e Suporte Técnico.

CLÁUSULA OITAVA
**DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS**

8.1 Os níveis de serviços deverão ser observados conforme descrito no Termo de Referência, item 13 – Níveis de Serviço, do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2024, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA NONA
**DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

9.1 Este contrato deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as disposições previstas na Lei n° 13.303/16 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODEMGE**, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 **DA CONTRATADA**:

9.2.1 Atuar em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé.

9.2.2 Manter durante a execução do contrato de acordo e em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento de inexigibilidade de licitação.

9.2.3 Não utilizar, em qualquer das atividades da empresa, de trabalho infantil nem de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo.

9.2.4 Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a **PRODEMGE**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação.

9.2.5 Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.

9.2.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.

9.2.7 Responder pela correção e qualidade dos serviços/bens nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis.

9.2.8 Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à **PRODEMGE** ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato.

9.2.9 Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

9.2.10 Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a **PRODEMGE**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade.

9.2.10.1 A inadimplência da **CONTRATADA** quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **PRODEMGE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

9.2.11 Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo fiscal do contrato.

9.2.12 Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela **PRODEMGE** para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória,

9.2.13 Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *know-how* ou *trade-secrets*, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da **PRODEMGE**, por acusação da espécie;

9.2.14 Designar 1 (um) responsável pelo contrato firmado com a **PRODEMGE**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste contrato.

9.2.15 A **CONTRATADA** deverá manter atualizado, junto à Gerência de Contratos-GCT da **PRODEMGE,** seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

9.2.16 Em caso de prorrogação contratual, para comprovação de vantajosidade de prorrogação, a **PRODEMGE** poderá solicitar a **CONTRATADA,** o envio de no mínimo 3 (três) cópias de contratos pretéritos ou em execução, podendo ser ainda notas fiscais com objeto devidamente identificável, cujo o objeto seja igual ou similar ao contratado pela **PRODEMGE**.

9.2.16.1 Em caso de recusa justificada da **CONTRATADA** em apresentar os documentos, sob a alegação de cláusula de confidencialidade ou outra razão, a mesma deverá apresentar declaração, sob pena da Lei, de que o preço proposto é o praticado no mercado.

9.2.17 Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita observância à Proposta Comercial (PL_Prodemge_170624 v2) da Software AG Brasil Informática e Serviços LTDA de 17 de junho de 2024.

9.2.18 Prestar serviços conforme o contrato firmado entre **PRODEMGE** e **CONTRATADA**;

9.2.19 Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

9.2.20 Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

9.2.21 Responder pelos serviços que executar, de forma da legislação vigente;

9.2.22 Prestar sem quaisquer ônus para a **PRODEMGE**, os serviços necessários à correção e revisão falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que imputáveis à contratada;

9.2.23 Garantir que o software e suas respectivas atualizações desempenhem todas as funções e especificações previstas nos manuais.

9.2.24 O suporte Técnico da **CONTRATADA** deverá utilizar os processos e ferramentas a seguir para resolver ou encontrar uma solução alternativa para o problema da **PRODEMGE**:

9.2.24.1 Análise e diagnóstico para os produtos da Software AG;

9.2.24.2 Avaliação dos dados fornecidos pela **PRODEMGE,** incluindo a informação de diagnóstico;

9.2.24.3 Classificação da situação reportada descrita como problema do produto, do usuário ou de terceiros;

9.2.24.4 Pesquisa no Centro de Conhecimento de Suporte Técnico da Software AG;

9.2.24.5 Reprodução da situação de erro (caso seja possível);

9.2.24.6 Coordenação com o departamento de desenvolvimento de produtos da Software AG.

9.2.25 Os resultados e/ou soluções, ou soluções alternativas deverão ser fornecidos por algum dos seguintes meios: telefone, Portal de Suporte Técnico da Software AG e/ou e-mail;

9.2.26 Diagnóstico Remoto: O Suporte Técnico da Software AG deverá ser capaz de realizar diagnósticos à distância para facilitar a análise dos problemas. Neste caso, o Suporte Técnico da **CONTRATADA** deverá acessar o ambiente de trabalho da **PRODEMGE** através de ferramenta remota de diagnóstico online, com a única finalidade de analisar o problema e de elaborar um diagnóstico, caso necessário. O acesso remoto aos ambientes da **PRODEMGE** deverá ser efetuado durante o horário de expediente, nos horários acordados entre a **PRODEMGE** e a **CONTRATADA** e com acompanhamento da **PRODEMGE**.

9.2.27 Ao acessar o Suporte da **CONTRATADA** por telefone, a **PRODEMGE** deverá receber o número do incidente/ticket para o problema ou incidente reportado.

9.2.28 Atualização do Software e da Documentação, deverão ser disponibilizadas no Portal de Suporte Técnico da Software AG. O Suporte Técnico da Software AG deverá proporcionar:

9.2.28.1 Novas versões de produtos licenciados da Software AG;

9.2.28.2 Atualizações de Software contendo correções de erros;

9.2.28.3 Atualizações da Documentação para o Software.

9.2.29 As solicitações da **PRODEMGE** deverão ser recebidas pelo Suporte da Contratada e deverão documentadas no Portal de Suporte da Software AG para processamento futuro. A **CONTRATADA** deverá fornecer um número de referência de processamento para referências futuras.

9.3 **DA PRODEMGE**:

9.3.1 Avaliar o laudo técnico, ao final dos serviços, atestando, ou não, a conformidade da entrega em relação aos requisitos especificados.

9.3.2 Dar acesso ao pessoal devidamente credenciado pela **CONTRATADA** em horário acordado, para as atividades da **CONTRATADA.**

9.3.3 Notificar à **CONTRATADA** para que corrija, de acordo com os níveis de serviços acordados, problemas de software que não permitam o seu funcionamento com regularidade plena.

9.3.4 Exigir da **CONTRATADA** o fiel cumprimento das obrigações.

9.3.5 Verificar a manutenção pela **CONTRATADA** das condições de habilitação estabelecidas na contratação.

9.3.6 Aplicar penalidades a **CONTRATADA**, por descumprimento das obrigações.

9.3.7 Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento.

9.3.8 Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas que se fizerem necessárias a perfeita execução do serviço.

9.3.9 Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços, dentro das especificações da presente especificação.

9.3.10 Disponibilizar canal de comunicação (link) com a internet, a fim de possibilitar a comunicação entre o equipamento instalado em seu data center e o da **CONTRATADA**.

9.3.11 Não poderá ceder, transferir, delegar ou sublicenciar qualquer um dos direitos ou obrigações da **PRODEMGE** sem o consentimento prévio por escrito da **CONTRATADA**. Qualquer suposta cessão, transferência, delegação ou concessão de sublicença pelo **PRODEMGE** sem o consentimento da **CONTRATADA** será nula e sem efeito.

CLÁUSULA DÉCIMA
**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

10.1 O presente contrato poderá ser alterado mediante acordo formal entre as partes, nos termos e limites previstos no artigo 162 do Regulamento de Licitações e Contratos da PRODEMGE, desde que não altere a natureza do objeto contratado ou descumpra o dever de licitar.

10.1.1 As alterações contratuais serão formalizadas por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
**DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1 A **PRODEMGE** se reserva no direito de exercer a fiscalização dos serviços contratados e compromete-se em permitir livre acesso da **CONTRATADA** a todos os locais onde se execute o objeto deste contrato.

11.2 O exercício do direito da **PRODEMGE** de acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços não exime a **CONTRATADA** de suas obrigações nem, de qualquer forma, diminui suas responsabilidades.

11.3 A presença da fiscalização, por parte da **PRODEMGE**, no local de execução dos serviços não atenua nem diminui a responsabilidade da **CONTRATADA** em qualquer ocorrência quanto aos erros e/ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos a eles relacionados.

11.4 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da unidade competente da **PRODEMGE**.

11.5 Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada pelos empregados relacionados a seguir, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODEMGE** e Normativos internos.

- Titular Flávio Diniz Silva - Matrícula 061801 ;e
- Substituto Almeida Rodrigues Godoy- Matrícula 050206.

11.6 É dever do Fiscal do contrato defender o interesse da **PRODEMGE**, zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos ou dos serviços prestados, sendo a sua responsabilidade, não se limitando à:

11.6.1 Receber o bem e/ou serviço, e emitir o laudo técnico, com base no contrato e na nota fiscal, exceto nos casos de aquisição de ativos de TIC, em que a recepção técnica deve ser realizada pela área Gestora e o acompanhamento do recebimento do bem é de competência da área de Gestão de Ativos;

11.6.2 Verificar e atestar o cumprimento do instrumento contratual e instrumento convocatório.

11.6.3 Acompanhar e gerenciar os prazos de vigência e saldo financeiro dos contratos;

11.6.4 Comunicar à Gerência de Contratos-GCT sobre o descumprimento, pela **CONTRATADA**, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

11.6.5 Rejeitar imediatamente, no todo ou em parte, os objetos entregues em desconformidade contratual;

11.6.6 Tomar providências cabíveis nos casos de descumprimento de notificação da contratada pela Gerência de Contratos-GCT;

11.6.7 Indicar eventual glosa de fatura e Acordo de Nível de Serviço;

11.6.8 Manifestar-se quanto à necessidade de realizar aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
**DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO**

12.1 A **CONTRATADA** deverá cumprir as normas previstas na Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, "Lei Anticorrupção" e o Decreto Estadual 48.821/2024, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública, comprometendo-se a denunciar a prática de quaisquer irregularidades de que tiver conhecimento por meio dos canais de denúncia disponíveis na **PRODEMGE.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
**DOS CRIMES E DAS PENAS**

13.1 Aplica-se a este contrato as disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, conforme definido no art. 185 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO E SANÇÕES APLICÁVEIS.**

14.1 Em caso de atraso injustificado na execução do contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial pela **CONTRATADA**, serão aplicadas as normas dos artigos 170 a 176 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODEMGE.**

14.2 O atraso injustificado na execução do contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82 da Lei Federal nº 13.303/2016, limitada a 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso.

14.3 A inexecução total ou parcial, aqui incluído o descumprimento de qualquer cláusula do contrato, sujeita o contratado às seguintes sanções, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 13.303/2016:

14.3.1 Advertência;

14.3.2 Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato para o caso de inexecução parcial;

14.3.3 Multa, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato para o caso de inexecução total;

14.3.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **PRODEMGE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.4 As sanções previstas nesta cláusula, quando aplicadas, deverão levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade da **CONTRATADA,** os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

14.5 Os procedimentos para a aplicação de sanções estão previstos nos arts. 170 a 176 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODEMGE**, o qual observa o devido processo legal, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
**TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

15.1 A **CONTRATADA** assinará o Termo de Sigilo e Confidencialidade para manter completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamentos que vierem a ser debatidos, desenvolvidos e/ou fornecidos por qualquer uma delas à outra em razão deste contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros sem a prévia e expressa concordância da outra Parte ou da Entidade envolvida.

15.2 O Termo de Sigilo e Confidencialidade prevalecerá durante toda a vigência deste contrato e por um ano a contar de seu término.

15.3 Toda e qualquer informação relativa ao contrato e aos frutos provenientes deste somente poderá ser divulgada com a anuência expressa e tácita das partes signatárias do presente contrato.

15.4 A divulgação de informação de forma indevida ou sem as necessárias autorizações, conforme reza o Termo de Sigilo e Confidencialidade, dá direito de reparação moral ou material, por via judicial, à parte que se julgar prejudicada.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
## DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 No presente Contrato, a **PRODEMGE** assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018, e a **CONTRATADA** assume o papel de operador, nos termos do artigo 5º, VII da Lei nº 13.709/2018.

16.2 A **CONTRATADA**, obriga-se, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

16.3 A **CONTRATADA** tratará os dados pessoais segundo os ditames e interesses da **PRODEMGE**, além de observar e cumprir as normas legais vigentes aplicáveis, nos termos do artigo 39 da Lei nº 13.709/2018.

16.4 A **CONTRATADA** deve auxiliar a **PRODEMGE** a garantir o cumprimento das obrigações do controlador de dados de acordo com os dispositivos normativos contidos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), fornecendo informações sobre os aspectos técnicos e medidas organizacionais já implementadas.

16.5 No caso de descumprimento pela **CONTRATADA** dos dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados, fica a mesma obrigada a assumir a responsabilidade por qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, mediante processo administrativo com contraditório e ampla defesa, ficando a referida responsabilidade limitada ao valor deste contrato.

16.6 A **CONTRATADA** deverá notificar a **PRODEMGE**, por meio eletrônico, em até 3 (três) dias úteis sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais que venha a receber nos termos do Capítulo III da Lei nº 13.709/2018.

16.7 A **CONTRATADA** notificará a **PRODEMGE**, através dos e-mails atendimento@prodemge.gov.br e ctis@prodemge.gov.br, sobre incidente de segurança detectado no âmbito das atividades da **CONTRATADA** que implique violação de dados pessoais controlados pela **PRODEMGE**.

16.8 A **CONTRATADA** assume o compromisso de indicar formalmente a pessoa que assume o papel de encarregado de dados, nos termos do artigo 5º, VIII da Lei nº 13.709/2018. Situações de substituição do indicado também deverão ser comunicadas à **PRODEMGE**.

16.9 A **PRODEMGE** terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da **CONTRATADA** com as obrigações de operador para a proteção de Dados Pessoais referentes à execução deste contrato.

16.10 O presente Contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados da **PRODEMGE** para a **CONTRATADA**, nos termos do item 16.1. Esta não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos aos associados à prestação de serviços, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

16.11 Após o encerramento de vínculo contratual que envolva a execução de operações de tratamento de dados pessoais, a **CONTRATADA** terá a obrigação de excluir todos os dados pessoais tratados em nome da **PRODEMGE**, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), certificando que o fez. A **PRODEMGE**, a seu critério, pode requisitar cópia desses dados antes de sua efetiva exclusão. Este item não se aplica aos casos em que a legislação exija o armazenamento dos dados pessoais pela **CONTRATADA**.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
## DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

17.1 Todas as comunicações e notificações entre as partes relativas a este contrato deverão ser feitas por escrito, e-mail, telegrama ou enviada por carta AR, destinadas aos endereços abaixo citados:

17.1.1 Para a **PRODEMGE**: No endereço: Rua da Bahia, nº 2.277, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG CEP: 30160-019. E-mail: gct@prodemge.gov.br e/ou outro a ser informado por escrito a **CONTRATADA**.

17.1.2 Para a CONTRATADA: No endereço: Avenida Nações Unidas, 12.901, 33º andar, Torre Norte, Bairro Brooklin Paulista, São Paulo/SP. E-mail: irial.rocha@softwareag.com e/ou outro a ser informado por escrito a PRODEMGE.

17.2 As comunicações serão consideradas recebidas:

17.2.1 Quando enviadas por escrito, no momento de seu recebimento por quem se apresente a recebê-la no endereço ora mencionado;

17.2.2 Se enviadas por e-mail, no momento em que for confirmado o recebimento;

17.2.3 Em caso de mudança de endereço, tacitamente terá ciência aquele que ausentar-se sem avisar a outra parte, arcando com o este ônus e nada podendo alegar neste tocante em seu proveito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
**DA CESSÃO**

18.1 A CONTRATADA poderá transferir quaisquer direitos ou obrigações nos termos do contrato, nos quais as licenças de assinatura acima são fornecidas (“o Contrato”), total ou parcialmente:

18.1 1 para uma Afiliada;

18.1.2 “Afiliada” significa qualquer entidade empresarial que agora ou no futuro controle, seja controlada por ou esteja sob controle comum com a CONTRATADA por meio da propriedade de mais de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto da sociedade controlada ou mais de 50% (cinquenta por cento) das participações societárias de pessoa jurídica não societária.

18.1.3 a qualquer terceiro em conexão com a cessão a esse terceiro do direito da **CONTRATADA** de receber quaisquer quantias pagáveis a ele nos termos do Contrato;

18.1.4 como parte de uma fusão, reorganização, aquisição, venda ou transferência de quaisquer ativos do Fornecedor, títulos com direito a voto ou propriedade de parte ou totalidade dos direitos ou obrigações da **CONTRATADA** nos termos do Contrato; ou

18.1.5 como parte de uma fusão, reorganização, aquisição, venda ou transferência de uma ou mais divisões ou unidades de negócios da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA
**DA RESCISÃO**

19.1A rescisão deste contrato se dará nos termos do art. 175 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODEMGE** e nas seguintes condições:

19.1.1Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

19.1.2 Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

19.1.3 Lentidão do seu cumprimento, levando a **PRODEMGE** a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.

19.1.4 Atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento.

19.1.5 Paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à **PRODEMGE**.
19.1.6 Cometimento reiterado de faltas na sua execução, registradas pelo fiscal do contrato.

19.1.7 Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

19.1.8 Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

19.1.9 Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.

19.1.10 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

19.1.11 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.2 Nos casos que envolvam serviços essenciais que afetem a população, a **PRODEMGE** terá prerrogativas especiais por razões de interesse público, devidamente justificado, para fundamentar a rescisão unilateral, garantido o contraditório e a ampla defesa.

19.3 Em situações excepcionais que acarretem risco iminente a serviços essenciais que afete a população, a **PRODEMGE** poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado, que exercerá o seu direito ao contraditório e à ampla defesa de forma diferida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA
**DOS CASOS OMISSOS**

20.1 Os casos omissos serão decididos pela **PRODEMGE**, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016, no Código Civil Brasileiro (Lei Federal n° 10.406/2002), no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODEMGE** e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA
**DA PUBLICAÇÃO**

21.1 A **PRODEMGE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Jornal “Minas Gerais”, em obediência ao disposto no art.147 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **PRODEMGE,** para produzir a sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA
**DO FORO**

22.1 Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, para solução de litígio ou conflito resultante da execução do contrato ora ajustado, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu (s) anexo (s), o presente instrumento é assinado eletronicamente pelas partes.

Belo Horizonte, considera-se a data em que o último representante legal das partes, neste instrumento, assinou.

**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE**

Ladimir Lourenço dos Santos Freitas
Diretor
Diretoria Técnica

Roberto Tostes Reis
Diretor-Presidente
Presidência

**SOFTWARE AG BRASIL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA**

Luiz Gustavo Nunes Armani

Marcelo Bergamo

Documento assinado eletronicamente por **Ladimir Lourenco Dos Santos Freitas**, **Diretor**, em 09/08/2024, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Roberto Tostes Reis**, **Diretor Presidente**, em 09/08/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Bergamo**, **Usuário Externo**, em 09/08/2024, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gustavo Nunes Armani**, **Usuário Externo**, em 09/08/2024, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **94650082** e o código CRC **C008B395**.

**Referência:** Processo nº 5140.01.0002877/2024-88 SEI nº 94650082